



## **A preservação da arquitetura operária no Bairro Floresta em Belo Horizonte/MG em uma abordagem contemporânea: patrimônio cultural, paisagem urbana e memória social**

Isabela Soares Brandão<sup>1</sup>  
Guilherme Maciel Araujo<sup>2</sup>

Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix

### **Resumo**

A capital mineira possui uma riqueza imensa de fatos históricos fundamentais a identidade dos cidadãos belorizontinos. Muitos bairros de Belo Horizonte, Minas Gerais, ainda mantêm viva parte da história e memória desde o período da construção da cidade. O Bairro Floresta é um bom exemplo da diversidade de edifícios com valor histórico-cultural. É possível ter contato, em diversas ruas do bairro, com edificações de estilos e épocas distintas. Nesse contexto, o resgate das edificações com valor arquitetônico construído pelos operários no Bairro Floresta é de suma importância, pois esse rico patrimônio vem sofrendo perdas a cada dia. A partir de um estudo de caso, esse trabalho discute a preservação das edificações para operários construídas no Bairro Floresta na cidade de Belo Horizonte, buscando identificar a situação desse rico patrimônio cultural, apontando para os desafios da preservação.

**Palavras-chave:** Belo Horizonte; patrimônio cultural; Bairro Floresta.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Email: Isabelasoares73@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professor do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Graduado em Arquitetura e Urbanismo em 2000. Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável em 2009. Doutorando em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais.



## 1. Introdução

O patrimônio histórico e cultural envolve uma determinada complexidade devido às constantes transformações da sociedade. O patrimônio compreende os conjuntos de bens materiais e imateriais, que através das diversas camadas sociais criam diferentes modalidades de consciência e representação. Neste contexto, as concepções de patrimônio histórico-cultural, memórias e paisagem na contemporaneidade são muito mais extensas do que à idéia que se tinha há décadas atrás, quando sua constituição era dada somente pela sustentação da história e da arte.

Dentro dessa abordagem do patrimônio em sua complexidade, destaca-se a preservação das áreas urbanas. Nas últimas décadas, nota-se que a preservação de áreas urbanas vem se constituindo como um campo de pesquisa específico dentro da preservação do patrimônio cultural, provocando, devido à sua natureza complexa e diversa, mudanças em modelos tradicionais de gestão e clamando pela criação de novos instrumentos de proteção e preservação, além de novos métodos de abordagem.

Podemos afirmar que a necessidade de uma metodologia de abordagem que compreendesse a complexidade das áreas urbanas vai aparecer com a noção de Conservação Integrada, na “Declaração de Amsterdam”, de 1975, onde se estabelece a necessidade de se pensar a relação entre a preservação do patrimônio cultural e o planejamento físico-territorial. Nesse mesmo sentido, podemos notar que a “Carta de Itaipava” do ICOMOS do Brasil, de 1987, afirma que os sítios históricos urbanos são parte de uma totalidade mais ampla, compreendendo o natural, o ambiente construído e a experiência viva cotidiana de seus habitantes. Dentro desta totalidade, enriquecida com os valores de origem antiga ou recente, e submetidos a transformações sucessivas, novos espaços urbanos podem ser considerados como evidências ambientais de diferentes estágios formativos da sociedade. A Carta de Itaipava estabelece que o principal objetivo da preservação seria a manutenção e aumento dos padrões de referência necessários para a expressão e consolidação da cidadania, pois através da perspectiva dos cidadãos, da apropriação política do espaço urbano, a preservação pode contribuir para melhorar a qualidade de vida.



No caso específico do município de Belo Horizonte, as políticas de preservação vão surgir tardiamente, e já num contexto sempre muito marcado pela atuação de atores com diferentes interesses visando a modificação da paisagem urbana. A demolição do Cine MetrÓpole, foi um fato catalisador para a criação de uma política de conservação de bens culturais no município de Belo Horizonte, a partir da mobilização intensa de 45 entidades civis. A partir dessa mobilização, criou-se a legislação pertinente à conservação, através da Lei no. 3.802 de 06 de julho de 1984, que organizou a proteção do patrimônio cultural no município. Apesar da longa trajetória de preservação do patrimônio cultural urbano, e mesmo que considerando a abordagem bastante contemporânea utilizada, pode-se notar que alguns exemplares do rico patrimônio da cidade encontram-se em constante ameaça devido às pressões exercidas, em especial, pelo mercado imobiliário.

Esse é o caso, por exemplo, das edificações e vilas operárias que, por muito tempo, figuraram na paisagem urbana como importantes formas de ocupação e formação dos bairros de Belo Horizonte. O planejamento previsto para a capital mineira tinha como principal premissa em seu projeto constituir a área urbana com a concentração de comércio e serviços da cidade, não sendo prevista outras centralidades que oferecessem os mesmos serviços. No entanto, com o passar do tempo outras centralidades foram surgindo fora do traçado planejado, um caso a ser destacado é o Bairro Floresta. Assim, a identificação das edificações construídas por operários no Bairro Floresta na época da construção de Belo Horizonte representa a compreensão da identidade do Bairro com a história da cidade. As relações estabelecidas ao longo do tempo e a evolução do Bairro é o objeto dessa pesquisa, remetendo aos novos usos, relações sociais no espaço e a interação com a memória, a paisagem urbana e a arquitetura em si. O entendimento deste contexto é de suma importância para a preservação do que resta da história viva e o que pode ser feito para manter todo o cenário para as próximas gerações, através de expectativas e diretrizes para o futuro.

Quando se pretende realizar uma pesquisa que considere a complexidade da preservação do patrimônio na cidade, os desafios de pesquisa são vários. Nessa pesquisa, buscou-se, na literatura específica, realizar uma análise do caso do Bairro Floresta, em Belo Horizonte, a partir dos conceitos de patrimônio cultural, paisagem



urbana e memória social, cujos resultados são aqui apresentados e discutidos. Assim, esse trabalho busca contribuir para a preservação do patrimônio cultural formado pelas edificações operárias na cidade de Belo Horizonte.

## 2. Metodologia

O trabalho desenvolveu-se, basicamente, a partir de um estudo de caso envolvendo pesquisas bibliográficas e documentais, bem como a partir de pesquisas de campo, baseadas na observação direta, no levantamento fotográfico e mapeamento de dados.

A pesquisa bibliográfica e documental possibilitou o levantamento das fontes primárias e secundárias em relação do objeto de estudo. Segundo Manzo, a bibliografia pertinente “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente” (MANZO, 1971, pag.32 *apud* MARCONI; LAKATOS, 2007, p.71). Esse levantamento inicial permitiu a construção do referencial teórico adotado, no qual buscou-se articular os conceitos de patrimônio cultural, paisagem urbana e memória social, contribuindo para o direcionamento da pesquisa de campo.

Por sua vez, a pesquisa de campo consistiu na coleta de dados sobre o fenômeno ou fato em estudo (MARCONI; LAKATOS, 2006). Os dados coletados em campo foram registrados por meio de fotos e sistematizados em mapas. Também utilizou-se das entrevistas com moradores do bairro, em especial, com moradores da vila operária no Bairro Floresta.

Desta forma, a pesquisa envolveu o levantamento de dados e informações no Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte e no Museu Histórico Abílio Barreto, jornais, livros, revistas e sites da internet para compreender a formação do Bairro Floresta, bem como a situação da moradia operária em Belo Horizonte. Além disso, realizou-se o levantamento fotográfico, bem como o mapeamento de informações sobre o Bairro Floresta e as moradias operárias.

Os dados foram sistematizados e analisados com o uso de ferramentas gráficas (tais como, Word, AutoCAD, Excel, Qgis), a partir da elaboração de mapas, tabelas e gráficos.



### 3. Resultados e Discussão

Para compreender o sentido e o significado do que é patrimônio é necessário melhor defini-lo. O patrimônio revela valores e interesses que consiste a ideia de pertencimento de uma comunidade e corresponde ao fortalecimento das múltiplas manifestações no campo da arquitetura, no conceito da referência cultural, histórica e paisagística no interior da sociedade.

A palavra "patrimônio" está entre as que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente formulação. Não parece haver limite para o processo de qualificação dessa palavra. (GONÇALVES, 2005, p.22)

A classificação de um objeto como patrimônio não está ligada propriamente ao objeto em si, mas se encontra anexada na função catalisadora de cultura e geradora de identidades o que associa valores anteriormente já agregados. A denotação do patrimônio cria uma relação que passa pelo indivíduo, comunidade ou sociedade, que institui características próprias dessas relações evidentemente em diversos contextos que transmitem significados memoráveis e rememoráveis. O conceito de patrimônio é descrito desta maneira por Françoise Choay,

Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito 'nômade', ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante. Patrimônio histórico. [...] (CHOAY, 2001, p.11)

Conforme destaca Françoise Choay (2011, pag. 5),

[...] relação com o tempo vivido e com a memória, ou, dito de outra forma, sua função antropológica, constitui a essência do monumento. O resto é contingente e, portanto, diverso e variável. Já o constatamos no que diz respeito aos seus destinatários, e o mesmo acontece em relação aos seus gêneros e formas [...].



O tempo é importante porque permeia memórias que garantem sentido ao presente e nos insere como transformadores da história. “No nosso caso, esse fenômeno é a própria cidade, ou mais pontualmente, a paisagem que nela se insere, que mais rica se torna quanto maior for a possibilidade de detecção de seus conteúdos precedentes” (SAFE; PEREIRA, 2014).

A base e a fundamentação da configuração do pensamento patrimonial consistem na intensidade que é dada aos bens patrimoniais. Deste modo, o conceito de patrimônio, as consequências e as estratégias de preservação estão inteiramente ligados aos fatos cotidianos e principalmente com a relação do espaço onde se encontra inserida em um determinado contexto e essencialmente com as relações sociais, ou seja, a relação do indivíduo com o espaço e com a cultura que cada ser faz parte através da história, da memória e dos acontecimentos.

Muitos desses objetos podem ser certamente entendidos como "patrimônios", na medida em que, pela sua ressonância junto a grande parte da população brasileira, realizam mediações importantes entre o passado e o presente, entre o imaterial e o material, entre a alma e o corpo, entre outras.” (GONÇALVES, 2005, p.15).

É nítida a interferência direta de fatores inesperados na escala histórica, política, econômica e simbólicas que propõe inúmeras ligações com domínios voltados para o meio ambiente, direitos humanos, educação, história, cidadania, entre outros. Esse conceito, que envolve a cidadania, retrata o exercício do mesmo, que abrange a formação, participação e informação com uma multiplicidade de interesses no âmbito cultural, nos espaços públicos, nas atividades coletivas e na repercussão política, o que propõe desdobramentos importantes e consiste diretamente na identidade social.

Atualmente, há uma escassez de determinados valores na sociedade, embora ocorra uma abundância de símbolos, em decorrência desses fatores a apropriação de distintos valores e oportunidades sociais, emite uma postura que reflete muitas vezes no desconhecimento de fatos importantes que compõem a dinâmica histórica e cultural. “O que para uns é patrimônio, para outros não é. Além disso, os valores sociais mudam com o tempo. Por tudo isso, convém analisar como o patrimônio foi visto ao longo dos tempos e dos grupos sociais” (FUNARI, 2006, p.10).



Observa-se, assim, que ao identificar e conduzir elementos da paisagem urbana estão conectados com os sentimentos, memória e identidade de uma comunidade, assim como celebrações, rituais, conjunto de saberes entre outros fatores que também incorporam sentidos e valores coletivos que remetem uma sensibilidade do indivíduo com as questões envolvidas a um sentimento de pertencimento de um determinado local, tempo e grupo. Considera-se a valorização do espaço, através da estima e importância transmitida pelo homem, havendo algo em comum com determinado lugar cuja a memória expressa a maneira de pensar, agir e interpretar um ambiente em constantes mutações dada pelas diversas experiências vivenciadas pela dinâmica coletiva.

Para se manter os bens culturais, tais como móveis, imóveis, artísticos, materiais, paisagísticos e imateriais, é necessária uma preocupação com a configuração, características contextos resultantes de fatos históricos construídos ao longo do tempo para perpetuarem por gerações após gerações. É necessário reconhecer e compreender a importância do vínculo da sociedade com esses bens que, uma vez ausente, corrobora na subtração de entendimento e privam os anseios de conhecimento e de caráter agregador remetido pelo significado que os elementos materiais transmitem.

Os bens que pertencem ao patrimônio cultural e histórico são as formas de expressão, os conjuntos urbanos, arqueológicos, ecológicos, artísticos, paleontológicos, científicos, além das obras, documentos, monumentos, edificações, espaços destinados a manifestação artística, o modo de criar, viver e fazer. É de suma importância a sua preservação, o tombamento, registros e a conservação de todos esses bens impregnados de valores que conferem ao homem o conhecimento de si mesmo e do ambiente que o cerca.

Com efeito, as formulações resultantes do imbricamento de arquitetura e história em função da preservação implicam a desnaturalização do campo, permitindo tomar consciência de como ele tem se constituído. [...] estimulando ações historiográficas sobre preservação de valores e bens simbólicos a serem elaboradas, sobretudo, fora das próprias instituições, dinâmica ainda bem tímida no país. (CONDURU, 2012, p.144)

A mobilização da sociedade é fruto da enorme demanda de direitos não adquiridos e da necessidade de garanti-los. A ação da mobilização coletiva exige uma



dose de persistência, capaz de motivar os ensejos individuais e provocar um apoio por um apelo em comum na dialética da vida urbana contemporânea, onde o conjunto de edificações preservado não pode guardar seu valor por si só, mas depende dos projetos essenciais de requalificação para um constante processo de revalorização desses edifícios. No âmbito da luta pela preservação e proteção patrimonial, é possível perceber uma ausência de conhecimento ou desinteresse de uma parcela significativa da sociedade. Os interesses contrários a preservação dos edifícios com valor histórico e cultural são bem evidentes quando se trata de razões políticas e econômicas.

Os laços sociais existentes nesses lugares tornam-se valores irrelevantes se comparados ao poder econômico e político que entra em cena, quando os lugares transformam-se em patrimônio. Além disso, muito embora constituam “patrimônios” nacionais ou mundiais, e isso remeta à propriedade cultural coletiva e global, o patrimônio é quase sempre acionado pelas elites, que frequentemente inclina-o para fins específicos e nem sempre democráticos. (TAMASO, 2005, p.14)

No contexto atual, as intervenções no interior das arquiteturas que contemplam os centros históricos recebem críticas por parte de especialistas de preservação. A intervenção nas edificações expressa, muitas vezes, a sua descaracterização, tornando-as objetos contemporâneos. Nota-se hoje uma diferença entre a preservação de conjuntos arquitetônicos para monumentos isolados. Considerando a essência urbana, os objetos de preservação devem ser compreendidos não como uma soma de arquiteturas excêntricas, mas como um conjunto de elementos que exercem funções diferentes na composição da cidade.

No que se refere especificamente ao patrimônio arquitetônico, a sua concepção inicial, muito presa ainda à ideia tradicional de monumento histórico único, vai sendo ampliada: tanto no conceito de arquitetura, quanto no próprio campo de estilo e espécie de edifícios considerados dignos de preservação expande-se paulatinamente. (CASTRIOTA, 2000)

Ao contextualizar o espaço urbano, é importante que haja um debate em volta desses conceitos na qualidade de projeto arquitetônico onde se constitui na escala de desenho e redesenho dos centros históricos, além preservar não só as edificações, mas o entorno, elementos históricos de mobiliário urbano, de calçadas, pavimentações, praças entre outros, que ainda são existentes e mantêm sua identidade mesmo com o passar do





tempo. O que vigora atualmente, são as transformações constantes no espaço, é o registro do “aqui... ali... existia!” e em seguida o surgimento de algo novo. Onde acabam obstruindo a visibilidade com novos elementos.

Por que devemos ter esse cuidado em preservar? Essa indagação esta intimamente conectada a outras indagações que remetem a como se deve preservar e quais são as instâncias que devemos atentar em relação às intenções e intervenções preservadoras. Considerando que devemos manter as características de uma sociedade, é necessário sustentar as suas condições mínimas de sobrevivência, todas elas subentendidas na ambiência e no saber da comunidade.

A memória está ligada à sucessivas transformações e evoluções ao longo do tempo. Com o processo de progresso constantes dos meios de comunicação em massa e as tecnologias cada vez mais desenvolvidas, desperta-se uma curiosidade e interesse pela preservação do patrimônio. A importância da preservação consiste em manter vivos, mesmo que modificados, os usos e costumes sociais. Assim o ato de preservar envolve interesses diversos, tais como político, econômico, turístico, educacional, profissional, artístico, geográfico, religioso, ecológico, científico entre outros, que são resultantes de ação, prazer espiritual, manifestações, conceitos e testemunhos importantes para o progresso.

Ao falarmos de um edifício arquitetônico de importância patrimonial é necessário compreender as relações os indivíduos e a coletividade. No caso dos edifícios arquitetônicos históricos, em algum momento entre a transição que intercepta os significados do passado e o presente, é comum nas cidades brasileiras encontrarmos edificações luxuosas que se transformaram em cortiços, pensões, ou seja, receberam um novo uso. Estes espaços “inutilizados” tornaram símbolos de marginalidade e pobreza nos centros urbanos.

A distinção passado/presente que aqui nos ocupa é a que existe na consciência coletiva, em especial na consciência social histórica. Mas torna-se necessário, antes de mais nada, chamar a atenção para a pertinência desta posição e evocar o par passado/presente em outras perspectivas, que ultrapassam as da memória coletiva e da História. (LE GOFF, 2003)

A arquitetura contida no espaço urbano é responsável pelo registro da vida social fazendo com que o próprio lugar se incuba de contar sua própria história, mesmo que as



edificações sejam apenas de contemplação. Assim a cidade não se constitui apenas de textos, documentos e inventários e registros cujo papel seja fixar essa memória, mas a própria arquitetura urbana é portadora deste compromisso.

É inevitável ao longo do tempo o aparecimento de patologias na estrutura de edifícios históricos devido ao longo tempo de “vida”. Para reverter este quadro é necessário efetuar a restauração e requalificação permitindo sua revalorização e garantindo a sua função útil à sociedade. A função do arquiteto ao executar um trabalho de restauração deve ter a consciência da clareza de remeter a essência da edificação sem cometer disfarces. É necessária uma reflexão e uma avaliação dos métodos coerentes ao tipo de restauração sendo necessário buscar soluções adequadas para manter aparências semelhantes à original, e garantir a adaptação das exigências contemporâneas ao edifício de caráter histórico, caso necessário intervenções mais agressivas as mesmas devem ser justificadas e documentadas quanto a sua intenção real,

“[...] os ditos arquitetos do patrimônio. O que fez da preservação patrimonial quase uma especialidade profissional em arquitetura, com pesquisa, estudos, restauração e conservação de bens patrimoniais inseridos em processos formativos e na atuação profissional e crítica” (CONDURU, 2012, p.138).

A sociedade tem o papel de guardiã de sua memória e identidade, sempre preocupada com as ações públicas e particulares no sentido de que possam comprometer a preservação dos bens históricos e culturais locais. Por tanto, seja por meio de denúncias, representação ao órgão público competente a defesa do patrimônio através de provocações, para que reconheçam e identifiquem o valor dos bens, na condição relativa a sua integridade e respeito ao patrimônio cultural pertence a algo coletivo e que tenha condições de perpetuar por varias gerações.

Sabemos que ao iniciarmos uma pesquisa encontraremos vários desafios, por isso é importante traçar objetivos e metodologias para direcionar e chegar às descobertas às vezes satisfatórias ou não. A pesquisa iniciou-se com, pesquisas documentais, levantamento de dados em fontes secundárias, visitas a campo, entrevistas, partindo dos conceitos já abortados no item anterior, que fomentam e subsidiam uma reflexão sobre o Bairro Floresta e sua ocupação.



A história do Bairro Floresta possui um contexto muito rico no que concerne os conceitos ligados a patrimônio, paisagem e memória. Em visita ao bairro e através de dados coletados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, foi possível identificar as edificações tombadas (Figura 1) e com interesse de tombamento (Figura 2).

Figura 1: Edificações Tombadas no Bairro Floresta e em suas adjacências.



Fonte: PBH, modificado.

Figura 2: Edificações com Interesse de Tombamento no Bairro Floresta e em suas adjacências.



Fonte: PBH, modificado.

Através deste levantamento foi possível observar que Bairro Floresta possui mais edificações com interesse de tombamento do que de fato tombadas, o mesmo ocorre nos bairros adjacentes. O que demonstra que muitas edificações possuem valor



arquitetônico e histórico. Esse fato gera uma visibilidade no que concerne a construção da paisagem e da memória não só da história da capital, mas do bairro, das ruas, das relações coletivas e experiências individuais.

A partir de fotografias e registros foi possível comparar o processo evolutivo do bairro, através de análises de legislações referentes ao uso e ocupação do solo, aos códigos de posturas, de obras e edificações que influenciam muito na característica do local, condições econômicas, políticas e sociais. Os fatos destacados em jornais e revistas (Figura 3) também contribuem para o resgate da história que resvala no contexto contemporâneo.

Figura 3 : Noticiário do Jornal Estado de Minas



Fonte: Jornal Estado de Minas, publicado em 1996.

Ao andar no Bairro Floresta, é possível compreender a evolução do bairro que foi habitado por operários da Comissão Construtora de Belo Horizonte. Muitas



edificações resistiram ao tempo, isso é identificado pelas construções marcadas por estilos arquitetônicos diversos.

As casas dos operários no Bairro Floresta possuíam características simples. No período de formação, o bairro era denominado de Alto da Estação ou Favela (Figura 4), devido aos barracos de zinco amontoado e mal construídos situados atrás da Estação ferroviária. Era um retrato da ocupação desordenada do território.

Figura 4: Antiga “Favela” 1897 – Rua Sapucaí Bairro Floresta

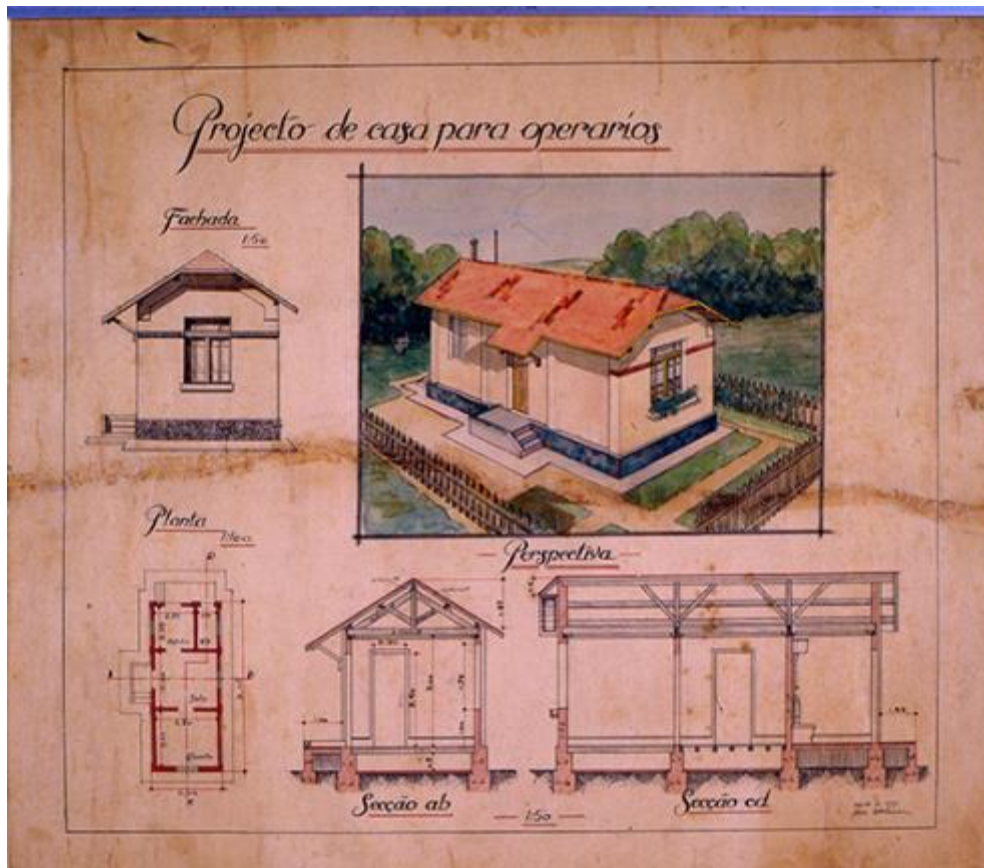


Fonte: Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital

A Comissão Construtora desenvolveu o projeto das casas dos operários. A partir do projeto arquitetônico (Figura 5) é possível compreender como era a distribuição dos cômodos, detalhe das esquadrias. No período da construção da nova capital não estava prevista a longa estadia dos operários, e o Plano Urbanístico de Aarão Reis não previa “espaço” para os operários e suas famílias. Como estes não possuíam recursos financeiros suficientes para a compra de casas luxuosas, passaram a construir casas simples, mas com valor arquitetônico inerente.



Figura 5: Projeto Arquitetônico de casa para operário.



Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto.

O Bairro Floresta guarda muitas marcas do passado em seus casarões. Muitas das edificações que ainda existem no bairro não pertencem mais aos donos que construíram o imóvel, mas ainda resistem devido à sensibilização de moradores que entenderam a importância histórica. O bairro possui uma representatividade muito grande no contexto histórico da cidade de Belo Horizonte desde o surgimento da capital.

Há nos habitantes do bairro o sentimento de pertencer a uma tradição, a uma maneira de ser que anima a vida das ruas e das praças, dos mercados e das esquinas. A paisagem do bairro tem uma história conquistada numa longa adaptação. (BOSI, 2003, pag. 206)

O Bairro Floresta guarda muitas marcas do passado em seus casarões. Muitos já não pertencem aos donos que construíram o imóvel, mas ainda resistem devido à sensibilização de moradores que entenderam a importância histórica, restaurando o que



foi necessário para perpetuar durante muitos anos. Deste modo “o bairro é uma totalidade estruturada, comum a todos, que vamos percebendo pouco a pouco, e nos traz um sentido de identidade” (BOSI, 2003, pág. 204).

Outras edificações foram abandonadas se desintegrando com o tempo perdendo características preciosas. Em uma notícia do Jornal Floresta em 2002, o mesmo retrata um exemplo de um casarão construído em 1916, que estava com muitas patologias e que teve a necessidade de ser restaurado. A partir desta decisão foi possível resgatar características peculiares da edificação atraindo um olhar mais sensibilizador, trazendo ao contemporâneo um contraste na paisagem, um refresco para a memória da geração mais antiga do bairro e um reconhecimento a gerações do presente e futuras.

Com a evolução da pesquisa, através de uma reportagem de jornal, identificou-se a Vila Bracarense, uma das vilas mais antigas da capital mineira, com cerca de aproximadamente 115 anos. Localizada na Rua Sapucaí, no Bairro Floresta, próximo ao Viaduto Floresta. A Vila pertenceu João Bracarense, que veio de São João Del Rey no período da construção de Belo Horizonte.

Segundo fontes orais, inicialmente antes de se tornar vila o local era uma lenharia. Tudo leva a crer que tenha alguma relação com a Estação Ferroviária localizada logo em frente ao local, mas não se sabe ao certo. Após viagem ao Rio de Janeiro, João Bracarense gostou de uma vila que viu no Estado e resolveu reproduzir no Bairro Floresta para sua família. João Bracarense foi proprietário do Cartório do 1º Sub Distrito de Registro Civil, ou seja, trata-se do primeiro cartório de Belo Horizonte.



Figura 6: Vila Bracarence



Fonte: Isabela Soares Brandão, 2017.

A Vila Bracarense possui seis casas (Figura 7). Sendo cada uma com sua característica própria. Apenas uma das casas possui dois pavimentos e três ao fundo da vila estão justapostas uma na outra. Todas essas casas possuem planta própria, mas não foi possível ter acesso às mesmas.

Figura 7: Implantação esquemática Vila Bracarence



Fonte: Base cadastral da PBH, modificada. Dez. 2017





O Dossiê de Tombamento do Conjunto Urbano do Bairro Floresta, afirma que a Vila Bracarense era uma vila de operários que trabalharam na construção da cidade e da estrada de ferro. Contudo, segundo os descendentes de João Bracarense, que atualmente residem na vila, não havia nenhuma relação com operários. Deste modo, percebe-se uma contradição de informações. “A memória oral é fecunda quando exerce a função de intermediário cultural entre gerações” (BOSI, 2003, p.202). Este fato revela um pouco dos desafios e obstáculos que encontramos durante a pesquisa. O que percebemos é que a memória vai se perdendo e se dissolvendo e para cada indivíduo representa algo. O mesmo acontece com a paisagem urbana e com as relações sociais que vão passando por constantes transformações de geração em geração.

#### **4. Considerações Finais**

A compreensão e o entendimento sobre o patrimônio histórico remetem a um determinado tempo em que as memórias são guardadas e passadas de geração em geração. As cidades não param no tempo, seu desenvolvimento é constante. Em Belo Horizonte houveram muitas transformações ao longo do tempo. No Bairro Floresta as modificações são visíveis, contudo a essência do bairro permanece com suas raízes. Houve muita polemica entorno das questões de tombamento como instrumento de proteção do patrimônio cultural. Apesar de serem simples, as edificações no Bairro possuem um valor imensurável para a manutenção da memória.

Essas questões quando não discutidas com moradores geram protestos. O que torna o processo mais complexo é a falta de instrução e informação dos gestores competentes, isso reflete no espaço urbano e automaticamente na paisagem.

É fundamental que os órgãos competentes abracem a causa junto com a sociedade, elencando verdadeiramente os bens patrimoniais que possuem importância e significados memoráveis, aplicando não só a ordem de tombamento, mas cuidar das edificações de acordo com as leis.

No Bairro Floresta existem edificações abandonadas, isso acarreta situações de desvalorização do imóvel e pode acarretar a perda do patrimônio. Nessas ocasiões deve ficar claro o papel de todos envolvidos em prol do resgate da memória, pois o homem



de hoje não é isolado do passado. O Bairro possui uma representatividade muito grande no contexto histórico da cidade de Belo Horizonte desde o surgimento da capital.

Alguns fatos levaram a crer que a Vila Bracarense era de fato uma vila operária. No entanto, há uma lacuna devido às contradições entre as informações encontradas. Esse foi o maior desafio desta pesquisa. Essa lacuna mostra a fragilidade e a vulnerabilidade desse rico patrimônio integrante da cidade de Belo Horizonte, além de mostrar a importância das pesquisas sobre o patrimônio operário nas cidades.

Apontar a história de um bairro de origem operária traz à tona curiosidades e descobertas em vários âmbitos, em especial na arquitetura. Diante do que foi exposto, é possível concluir que as questões ligadas ao patrimônio não são meramente fatos isolados, trata-se de uma inesgotável fonte de pesquisa de relevância política, econômica, social, que reflete inteiramente na vida cotidiana. Entender o processo e o crescimento de Belo Horizonte e do Bairro Floresta foi fundamental para tomar conhecimento das fragilidades e potencialidades do bairro para que seja possível a intervenção adequada para cada ambiente, para não haver o esquecimento de algo que traz à tona o regate da identidade e o sentimento de pertencimento.

## 5. Referências

BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, p. 198-211, 2003.

CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. **Horizontes antropológicos** 11.23 (2005): 163-175

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.

CHOAY, Françoise, **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

CONDURU, Roberto. Artíficos para inventar e destruir arquitetura, história, preservação cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Edição 2012

FIGUEIREDO, Lauro Cesar. Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n.1, jan./abr. 2013

FUNARI, Pedro Paulo. **Patrimônio histórico e cultural**. Zahar, 2006



GONÇALVES, José Reginaldo Santos. "Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios." **Horizontes antropológicos** 11.23 (2005): 15-36

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

MARKONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: Altas, 2006.

MARKONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Altas, 2007.

PELEGRINI, Sandra CA. "Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental." **Revista brasileira de História** 26.51 (2006): 115-140

SAFE, Simone M. S.; PEREIRA COSTA, Stael de Alvarenga. Paisagem E Patrimônio: O Papel Da Historicidade. **Anais do 3º Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto**. 2014.

TAMASO, Izabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. **Sociedade e Cultura**, v. 8, n. 2, jul./dez. 2005, p. 13-36